

25

de Maio de 2012

Horário: 11h

Tema

**AS RELAÇÕES ENTRE AS ORDENS JURÍDICAS
INTERNA E INTERNACIONAL: UM OLHAR
SOBRE OS ASPECTOS MONISTAS E
DUALISTAS DO DIREITO**

Palestrante

João Otávio de Noronha

Ministro do Superior Tribunal de Justiça – Brasília -DF

Debatedor

Luiz Alberto Esteves Scaloppe

Procurador de Justiça do Estado de Mato Grosso

*Professor da Faculdade de Direito da Universidade do
Estado de Mato Grosso*

Mediador

Alexandre Miguel

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Palestrante: Ministro João Otávio de Noronha

As relações entre as ordens jurídicas interna e internacional, na perspectiva dos aspectos monistas e dualistas do Direito, constituem tema polêmico e atual, provocador de incessantes debates jurídicos sobre a solução de conflitos entre tratados internacionais e leis internas, como consequência da intensificação das relações internacionais, do surgimento de blocos econômicos, da formação de mercados comuns e do aparecimento dos chamados órgãos supranacionais.

Particularmente quanto ao dualismo, pode ele ser chamado de puro ou radical, quando há a edição de uma lei específica para a incorporação do tratado internacional à ordem jurídica nacional, na forma proposta por Triepel; diz-se que é moderado quando a incorporação da norma internacional se dá pela aprovação do Congresso e mediante a edição de um ato formal (decreto) pelo Poder Executivo.

A questão do dualismo gera um problema. A rigorosa distinção e a independência entre o ordenamento interno e externo fazem com que as normas internacionais, de modo geral, não sejam devidamente observadas pelo Estado, o que acaba por criar um vácuo no que se refere à sua aplicação. É muito comum um país participar de eventos a fim de propagar a manutenção da paz e a proteção do meio ambiente, mas não criar um mecanismo interno para se efetivarem as medidas almejadas internacionalmente.

Basta lembrar o acordo de proteção do meio ambiente. Há quantos anos estamos discutindo? E, até hoje, os Estados Unidos não firmaram o pacto. E mais: quantos acordos firmados e não implementados? Essa é a crítica feita ao dualismo: o país assina um acordo internacional, todavia, por serem diversos o direito internacional e o direito interno, não adota um procedimento para nacionalizar a regra do direito internacional, advindo daí uma situação de completo inadimplemento do Estado em relação ao acordo.

Já segundo a teoria monista, existe uma única ordem jurídica, ou seja, a ordem interna e a ordem internacional fazem parte de uma mesma ordem política. Adota-se o princípio de que todos os direitos emanam de uma única fonte. O direito internacional público e o direito interno são dois ramos de um mesmo sistema ou

de um mesmo ordenamento jurídico.

Há três correntes na teoria monista. A primeira é o monismo internacionalista ou puro, da escola de Viena, cujos expoentes são Kelsen e Verdross. Essa corrente defende a unicidade da ordem jurídica sob o primado do direito internacional, ao qual se ajustariam todas as ordens jurídicas internas. Nesse sentido, existe um direito internacional, que se sobrepõe às ordens internas. Segundo a teoria de Kelsen, toda norma retira seu fundamento de validade de uma norma que lhe seja imediatamente superior. No caso, o direito interno derivaria do direito internacional.

Para exemplificar, a lei infraconstitucional se fundamenta na Constituição, e a Constituição dos países se fundamenta no direito internacional. Esse entendimento hoje é muito criticado. Vivemos na era do pós-positivismo.

Portanto, com base na teoria monista, os Estados dependem do ordenamento internacional para ter sua soberania reconhecida por outros Estados, ou seja, sem o reconhecimento da soberania de determinado Estado pela comunidade internacional, esse Estado se marginaliza. Basta olhar para o Estado palestino: ninguém o reconhece como Estado. Como vivem, então, os palestinos? Em uma luta constante para ser reconhecidos como Estado de direito. Em síntese, conforme essa corrente monista, o Estado parte do direito internacional para criar suas normas internas.

A segunda corrente é a do monismo nacionalista, também chamado monismo de Hegel. Hegel, na realidade, defendia a primazia do direito nacional de cada Estado. Conforme esse entendimento, a adoção de preceitos do direito internacional é uma faculdade discricionária de cada Estado.

Nessa perspectiva, é de indagar-se: se a primazia couber ao direito nacional, qual a razão da existência do direito internacional?

A terceira corrente é a do monismo moderado, posição adotada pela Suprema Corte brasileira. Neste caso, o tratado ou convenção internacional não dispõe de primazia hierárquica sobre as normas do direito interno. O tratado regularmente incorporado ao sistema jurídico, após obedecer aos trâmites legislativos necessários,

situa-se no mesmo plano de validade, de eficácia e de autoridade da lei ordinária. Surge daí uma questão: se considerados os tratados, quando adotados, no mesmo plano das leis ordinárias, aquelas matérias que a Constituição reserva para as leis complementares poderiam ser objeto de tratado internacional? Entendo que sim, embora muitos autores contestem categoricamente essa opinião.

A questão merece maior reflexão. Em primeiro lugar, é preciso entender que não existe hierarquia entre norma complementar e lei ordinária, como alguns defendem. A afirmação em sentido contrário, implica completo desconhecimento do sistema constitucional brasileiro. O que se tem é que a lei complementar é categorizada como lei ordinária, apenas com um quórum de votação diferenciado.

Assim, poderíamos perfeitamente celebrar tratados referentes a matérias reservadas a lei complementar, bastando que o Congresso Nacional os aprovasse também mediante o mesmo quórum qualificado exigido para a aprovação da lei complementar. Dessa forma, estaria respeitado o princípio da reserva.

Convém esclarecer também que as leis ordinárias que dispõem sobre matérias que só podem ser tratadas por lei complementar são híbridas, não têm eficácia, porque desrespeitam o preceito constitucional: são formalmente inconstitucionais.

Quando a Constituição destina matérias à lei complementar, significa que tais matérias só podem ser tratadas por lei complementar. Significa ainda outra coisa: o legislador ordinário não pode escolher determinadas matérias não submetidas ao princípio da reserva da lei complementar, estabelecido na Constituição, e aprová-las com o quórum de lei complementar.

Não se pode, por exemplo, considerar o Código Civil como lei complementar simplesmente porque teve votação mediante quórum de lei complementar. O legislador ordinário estaria alterando a Constituição, se assim o fizesse. Seria nula essa votação do Código Civil? Não, por conta do conhecido preceito “o que abunda não prejudica”. Embora bastasse um quórum simplificado, a adoção de quórum mais complexo, mais legitimado para a aprovação não implica nulidade.

Há excesso que, no entanto, não macula de nulidade o Código Civil. O Código

Civil, por não ser uma lei complementar, vai poder continuar sendo modificado por lei ordinária, embora originalmente aprovado por meio de quórum qualificado, de lei complementar. Dessa forma, não cabe mais essa discussão de lei complementar ser superior a lei ordinária. Na verdade, não se pode dizer que há conflito entre lei ordinária e lei complementar. É apenas uma questão de especialidade: matéria reservada ao princípio da especialidade da lei complementar só pode ser modificada por lei complementar.

E quanto às leis anteriores aprovadas que não eram leis complementares e cuja matéria agora a Constituição passa a considerar como reservada à lei complementar? Suponhamos a Lei nº. 4.595, que dispõe sobre o sistema financeiro, aprovada, em 31 de dezembro de 1964, como lei ordinária. A Constituição de 1988 diz que a matéria relativa ao sistema financeiro nacional será regulada por lei complementar. Essa lei está derogada? Evidentemente que não. Até que outra seja editada, a primeira continua em vigor. Ela foi inegavelmente recepcionada pela Constituição. Agora, essa lei adquiriu, como alguns dizem, o *status* de lei complementar? Também não. Continua sendo lei ordinária. No entanto, porque a matéria nela tratada está reservada a lei complementar, só por lei complementar poderá ser modificada.

É só isso. Ninguém transformou lei ordinária em lei complementar sem quórum qualificado de aprovação. É que nenhuma matéria do sistema financeiro pode ser aprovada por um quórum que não seja o da lei complementar. Por isso, toda modificação da Lei nº. 4.595 só pode ser feita por lei complementar. É o que, de igual modo, ocorre com o Código Tributário Nacional, que dispõe sobre matérias reservadas a lei complementar.

Quando aprovado, em 1966, tinha o *status* de lei ordinária, mantido até hoje. As matérias nele versadas, todavia, agora só podem ser tratadas por lei complementar. Só por lei complementar se pode modificar o Código Tributário Nacional. Deve-se ainda observar que o Código Tributário Nacional trata também de matéria não reservada à lei complementar. Nessa parte, aqueles artigos que não se ajustam às hipóteses do art. 146 da Constituição podem ser modificados por lei ordinária, porque o que não está reservado a lei complementar e consta do código é matéria de lei ordinária e, como tal, deve ser tratado no processo legislativo.

Então, essa questão de o tratado internacional, por ter *status* de lei ordinária, no ordenamento brasileiro, não poder versar sobre matéria reservada a lei complementar não me parece correta. Que a aprovação dele se faça também como quórum próprio de lei complementar... Não é crível que não pudesse o Brasil assinar tratados internacionais, em matéria tributária como tem feito, por exemplo, com o MERCOSUL, com a União Europeia, com o México. Dessa forma, é preciso dar uma interpretação inteligente ao sistema.

Entre os atos de direito internacional público e as normas de direito interno, existe uma relação de paridade normativa ou de equiparação hierárquica: nem os tratados se sobrepõem às leis ordinárias nem as leis ordinárias se sobrepõem aos tratados.

Há consequências: quando o país celebra um tratado, ao serem nacionalizadas as normas do tratado ou serem incorporadas ao direito brasileiro, se essas regras conflitam com lei anterior, derroga-se a lei anterior. Se, após a aprovação do tratado, uma lei nacional é incompatível com regra que foi adotada no decreto e, na aprovação legislativa, derroga-se a norma do tratado, cria-se um problema: normas internas derogando regras internacionais. No entanto, é exatamente o que ocorre no sistema brasileiro, a se considerar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Convém lembrar ainda que a Constituição sobrepõe-se às normas infraconstitucionais e, como as regras do tratado, quando adotadas, equiparam-se à lei ordinária, são, conseqüentemente, passíveis de controle de constitucionalidade. As regras que divergirem dos princípios constitucionais poderão ser eliminadas do sistema, reconhecidas como híbridas, inválidas e ineficazes, porque violadoras da Constituição.

Assim, a consequência dessa paridade é exatamente que os tratados internacionais se equiparem a leis ordinárias e tornem-se passíveis de controle de constitucionalidade. Aliás, na Constituição atual, há regra expressa de controle de constitucionalidade sobre os tratados internacionais da competência do Supremo Tribunal Federal. Portanto, a mais genuína fonte normativa, qual seja, a Constituição, deve sempre prevalecer sobre o direito internacional público. A segurança e a

estabilidade da ordem jurídica interna devem sobrepor-se, segundo o pensamento do Supremo Tribunal Federal, aos compromissos externos.

Verificam-se, ademais, no art. 5º da Constituição brasileira, algumas regras aplicáveis à matéria ora em análise. O § 2º daquele dispositivo afirma que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Por sua vez, o § 3º afirma que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Menção especial deve ser dada à norma contida no § 4º do referido art. 5º da CF, que submete o Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, a cuja criação tenha manifestado adesão.

É que qualquer decisão emanada daquela Corte que agrave a situação dos cidadãos, em relação às normas de direito interno, deve ser afastada. Assim, por exemplo, a pena de prisão perpétua eventualmente imposta pelo Tribunal Penal Internacional é incompatível com a Constituição brasileira. Se o tratado assinado pelo Brasil, aderindo à criação de determinado tribunal internacional, contiver regras que agravem a situação do cidadão, prevalece a regra constitucional brasileira, a regra interna. Mesmo normas de tratados de direitos humanos, se pioram a situação do indivíduo, não devem ser aplicadas.

Há um assunto palpitante, muito discutido, que tem repercussão importante, gera decisões importantes. Trata-se da própria adoção do Pacto de Genebra em matéria de lei cambial. Após ser discutida no Supremo Tribunal Federal, prevaleceu a tese de que o Brasil era subscritor do pacto e o adotava. Isso teve uma importância fundamental: regular a prescrição no mundo cambial, que passou a ser de três anos, e não o previsto na lei de 1912. Houve outros tratados ainda em matéria cambial, cujas regras eram incompatíveis com o sistema constitucional brasileiro; quanto a esses, a Corte acabou por entender que não deveriam ser adotados.

Partindo-se da premissa de que as regras dos tratados não podem contrariar

a Constituição brasileira, adota-se a posição do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito à recepção de acordos celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL. Estão eles sujeitos à mesma disciplina constitucional que rege os processos de incorporação dos tratados ou convenções internacionais em geral à ordem positiva interna brasileira.

É, pois, na Constituição da República, e aqui está a posição do Supremo, e não em instrumentos normativos de caráter internacional, que reside a definição do iter procedimental pertinente à transposição, para o plano do direito positivo interno do Brasil, dos tratados, convenções e acordos, inclusive daqueles celebrados no contexto do MERCOSUL.

Debatedor: Procurador Luiz Alberto Esteves Scaloppe

Eu não sei se há tempo para expor o planejado, mas eu estou tentando me educar com o cronômetro, o que é um pouco difícil para quem foi promotor de justiça com fala de 2 horas em júri e ministra aulas por toda uma vida de, também, 2 horas. Embora fosse difícil resumir o debate clássico entre o monismo e o dualismo, fica mais fácil depois da fala do Ministro João Otávio de Noronha. Antes, porém, quero dizer, utilizando a liberdade que me pode ser concedida pelo Desembargador Alexandre Miguel, que brincou que eu deveria ter inserido no meu currículo que conhecia Tupi Paulista, pois é a cidade natural dele, uma vez que a visito periodicamente para renovação de exame de licença aeronáutica, assim, com esta liberdade lembro que o Ministro Noronha é mais um mineiro ilustre de Três Corações, ademais de Pelé, o que pude verificar ao acessar o seu currículo.

Inicialmente agradeço este amável convite do Desembargador Márcio Vidal, Corregedor-Geral da Justiça, meu colega professor, há tantos anos, na Universidade Federal de Mato Grosso, aliás, professor comprometido e preocupado com o ensino da graduação.

Nós temos aqui dois temas fundamentais e quero seguir um pouco com uma postura que assumiu nosso ex-governador Blairo Maggi, nessa condição de debatedor, a fim de inserir-me em uma digressão sobre outros dois assuntos: um

que é o tema central do próprio Encontro, sobre a integração e, outro, sobre a “teoria”, pois necessário antes que se fale em “teoria monista” e “teoria dualista”. Formulação teórica esta que, na verdade, pertence a um raciocínio utilizado por várias teorias do direito, bem como por muitos outros campos das Ciências Sociais: a ideia de monismo e de dualismo.

No caso presente, aplicável na questão da integração nacional. Este raciocínio dual é justamente o que chamamos na filosofia, no estudo do pensamento, bem como na neurolinguística de “dissociação”. Há muitos cientistas que entendem que é dessa forma que fazemos, a todo momento, de nossa racionalidade, e dão exemplos impressionantes. No entanto, embora não possamos dizer que, cabalmente, não agimos assim, nada prova que sempre agimos ou raciocinamos dualmente sobre as coisas do mundo.

Para enriquecer um pouco mais esta comunicação, quero tomar liberdade de fazer um registro, que parece ser parte do meu papel mais importante, o de debatedor, depois da fala competente e articulada do ministro, que não conhecia pessoalmente, mas sim pela justa fama de deter boa capacidade de articulação, demonstrada aqui na construção do seu objeto.

Assim, quero recordar que o assunto da integração, que estou vendo acontecer novamente aqui no meio de lideranças judiciárias da América Latina, e com agradável surpresa, esteve ele no final do século passado, ou seja, na década retrasada, presente em meio a uma “*overdose*” de debates sobre o Direito Internacional, perpassando todas as disciplinas das Ciências Sociais, inclusive a das Ciências Exatas. Quase todos os trabalhos falavam do Direito Internacional e tudo motivado por um tema candente na época, o da “globalização”. E promovido fundamentalmente por um fato novo na história universal, que foi a realização ou experiência do Direito Comunitário, definido e concretizado pela construção da União Europeia.

Justamente na época, e não por coincidência, quando se efetiva a União Europeia é que nascem os esforços para definição e efetivação das instâncias burocráticas do mercado comum da região sul das Américas, o MERCOSUL. São os mesmos anos: 91, 92, 93, momentos importantes. O presente Seminário de juízes

com o assunto da integração é elogiável porque vem depois de algo que, para não chamar de processo de anomia jurídico-política, denomino de vácuo ou anomia da academia.

Feito este registro volto ao debate. Fico feliz que ele tenha sido posto, porque a realidade econômica e social internacional nunca abandonou o seu percurso ou o destino que traçou para a integração. Foi a academia que deixou, de repente, de tratá-la como moda, de debater essas questões internacionais, questões estas que vejo ser de importância para serem debatidas pelos juízes, pelos magistrados, porque trata de dois elementos que lhes dizem respeito imediatamente: o da jurisdição e o da aplicação das teorias hoje aqui expostas.

O primeiro dos elementos nessa discussão, assim, está determinado pela palavra “jurisdição”, ou seja, em todos esses debates, sempre estaremos atravessando a questão da jurisdição. E não é nada de menor valor, nada é mais importante do que vermos os magistrados discutindo esse tema, pois será um tema inevitavelmente, inexoravelmente aplicado ou debatido ou questionado, no momento em que se efetivar essa utopia, que é o MERCOSUL. E uso “utopia”, no sentido de algo possível de concretizar, mas ainda não acontecido porque não estão amadurecidas as condições políticas e econômicas que lhe darão inevitabilidade. Estão de parabéns as entidades da magistratura em discutir, em voltar a esse tema tão importante.

A academia o abandonou e provavelmente como moda, ficando um pouco restrito, acantonado no Direito Internacional. Não vi mais trabalhos nessas áreas como havia e, agora, eu vejo este movimento presente como uma intuição das instituições pelo seu futuro.

A propósito desta afirmação, devo registrar que pude viver, quando fui fazer o curso de doutorado na Europa, onde fiquei três anos e meio, que me encontrei em um estado de perplexidade, quando pude ver um ambiente de mais ou menos vinte e cinco idiomas diferentes, de quinze países distintos, construindo um todo orgânico jurídico-político dentro daquela diversidade secular de línguas, de tradição, de cultura, de guerras tão diferenciadas que, durante séculos, matizaram e cristalizaram a Europa. Vi, com perplexidade e ensinamento, porque, como

todo brasileiro atento, voltei-me para a América do Sul e percebi que ali havia, comparativamente, uma grande facilidade.

A facilidade, definida em perspectiva, pela existência de apenas duas línguas perfeitamente assemelhadas, e uma grande divisão territorial que foi feita a partir de local só, na Península Ibérica, com o Tratado de Tordesilhas. Mesmo que se empurrando a linha um pouco para lá, puxando um pouco para cá, mas com uma povoação mais ou menos uniforme, se compararmos com a história da Europa mais recente. Está claro que isto desencadeou um certo idealismo, certo romantismo na prospecção da aplicação naquele momento para a realidade do MERCOSUL.

Equívoco cometido, ao que me parece, pelos pensadores liberais, economistas liberais e pelos marxistas mais ortodoxos, os ortodoxos especialmente, foi o fato de pensar que a própria expansão do mercado definiria o processo de globalização, o Estado do MERCOSUL. Este é o erro latente, que me faz ligar à teoria hoje muito bem exposta aqui pelo ministro.

Neste debate, havia aquelas sustentações de que, como as cidades se ampliaram, estenderam-se aos Estados Nacionais pelo império da economia do modo de produção capitalista que começava a se organizar; dos Estados Nacionais surgiram, pelo mesmo processo, os Estados Supranacionais.

No entanto, na Europa não foi também só isso, embora a forma econômica constitui forças que vão avançando, brutalizando culturas, deglutindo outras formas sociais; o processo também precisa de outras condições, de outras realidades históricas, culturais, assim como as subordinações sociais e eminentemente políticas para se transformarem em outras realidades, além das nacionais ou “globalizadas”.

A história ensina: não é à toa que a primeira formação da comunidade europeia se chamava União Política Europeia. Havia uma primeira necessidade de se fazer uma composição e, quando eu falo política, eu falo composição da centralidade do poder, da unificação da violência estatal, do controle central, mesmo que relativo, de um determinado território, ou seja, era preciso haver uma composição política dos Estados ditos “nacionais”.

A questão era política, no meu sentir; não era totalmente econômica; portanto, este foi o erro do exagero dos românticos da academia que, num primeiro momento, fizeram um ‘auê’, uma “*overdose*” de publicações de trabalhos no Brasil, acreditando que as questões se davam como que por osmose, como que por evolução contínua, por determinação do mercado, e não por outras condições, as mais variadas. Aqui uso “condição” como uma categoria que se opõe à palavra “determinação”, posta na leitura dos liberais clássicos e marxistas ortodoxos.

Assim, a segunda questão de importância a ser dada pela magistratura, a que fiz referência anteriormente, está na sua atuação futura, frente à integração em face das ideias postas pelas teorias monistas e dualistas.

Introduzo minhas considerações com a mesma liberdade que tomei no início. Fui fazendo anotações, durante a fala do ministro, e, curiosamente, pela forma como foi composta esta mesa, lembrei que há bons anos eu estive em uma mesa no Tribunal de Justiça do Pará, em que estavam também um desembargador que foi professor muitos anos da Faculdade Federal de Direito local e um ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O ministro do STJ fez uma apresentação sobre uma questão criminal muito bem colocada, com a qual eu me afinava bastante e que, depois, em minha fala, o acompanhei em várias assertivas que havia dito. O desembargador, entretanto, professor emérito, na sequência disse que não iria debater as questões colocadas pelo ministro e por mim, exatamente porque os pressupostos teóricos sobre os quais construíamos nossas apreciações não eram os seus pressupostos teóricos.

Aprendi, pois isso, chamou a minha atenção para a minha vida acadêmica toda. Se ele não tratava as coisas com os pressupostos com os quais nós construimos a leitura sobre a questão criminal tratada, a sua leitura deveria ser diferente da nossa abordagem, pois trabalharia com outra racionalidade sobre aquela formulação criminal em questão. Isso me fez levar sempre em conta, valorizar, os pressupostos das questões teóricas.

A propósito desta lembrança, faço neste presente debate uma ponderação. Não há aqui, um choque de pressupostos, não é isso que acontece neste momento,

porque a colocação do nosso palestrante é de tal forma que o acompanhamento no aprendizado e concordância.

O que colocarei é outro olhar, outra colaboração sobre a questão monística, pretendendo ampliar mais ainda o debate. Saltou-me à vista uma fala feita pelo ministro, sobre as decisões dos tribunais do nosso país, que, não criteriosamente, observam as questões, os debates com base teórica monística ou dualista, mas, sim, em função – foi a expressão do senhor ministro – do sistema.

Isso revela que a minha afirmação tem alguma consequência, ou seja, que, na verdade, essas decisões são e estão no espaço político sobre os quais os tribunais constituem a sua capacidade de interpretação, de entender aquela primeira questão importante que eu mencionava que é a questão da jurisdição, ou seja, a da soberania.

Não se trata de um debate que se reduz a mero tecnicismo. O debate forense é, na verdade, mais profundo do que as questões monísticas e dualistas, tratadas teoricamente dentro do campo do Direito, com as suas premissas, com a sua técnica. É um debate político, que tem substância e do qual a magistratura não pode fugir.

Há duas formas básicas de nós, juristas, construirmos os pressupostos e as teorias de nosso campo. Aquela que nós juristas fazemos a partir do nada, da crença na independência da pura racionalidade, que, algumas vezes, nos deixa nos enganarmos, e que eu chamo de “prego jurídico”. O sujeito sustenta, “pregando” uma tese no ar, construindo um pressuposto, um princípio qualquer, a partir do qual “pendura uma tabela de conceito”, cuja elaboração é permitida pela nossa capacidade de raciocinar. O discurso racional permite construir uma teoria que se fecha em si mesma, depois começa a ser “vendida” bastante, repetida, mas que nunca a vemos colada na realidade.

E, há a outra forma que é a fundada na crítica, que leva em conta a realidade, o movimento do real. Embora muitos estranhem que Kant seja chamado “pai do criticismo”, ele está entre estes que, mesmo ignorando a experiência ou a relegando para um momento posterior e secundário, não pensam sem ponderar criticamente.

A teoria monística, como sustentada nesse debate, portanto, é desta outra forma de construção do conhecimento, porque a ancoragem dessa teoria, desse debate jurídico, está em uma realidade que é a dos Estados Nacionais, da forma de organização efetiva das sociedades contemporâneas, portanto, presença inescusável no estudo ou debate sobre a soberania jurídico-política.

Ela tem substância, porque ela tem um lastro, que é o lastro da discussão política, portanto, é uma teoria jurídica não somente discutida no âmbito da técnica jurídica, porque ela leva em conta uma realidade em que vivemos, que é a realidade estatal, que é a realidade dos Estados Nacionais e a efetividade de suas existências em relação mútua.

Assim, essas digressões são importantes porque não são meramente dissociativas, ou seja, exercícios “puros” da mente, pelo qual costumamos dividir continuamente as coisas em uma ou duas coisas, como tratam os estudiosos da área, mas é algo que tem substância na história. A teoria dualista tem apenas utilidade didática, para expor duas situações aparentemente separadas, como se fossem dois sistemas, razão pela qual é uma formulação cara às teorias sistêmicas.

Dessa forma, com base nesta posição de substância histórica, é que eu finalizo. Não sem antes mencionar, a propósito da fala do ministro João Otávio Noronha, sobre o nosso grande Hans Kelsen, que esse cidadão escreveu cerca de oitocentos trabalhos, até sobre religião, um monstro de produção: uma leitura atual.

Outra posição com a qual estou de acordo, ao que me parece de crítica da interpretação monística em Hegel. De tudo o que li de Hegel, sinceramente, não encontro nada que possa considerá-la. Não sei como possa captar essa ideia... Parece-me o tal “prego jurídico” de novo, pois entendo que há uma leitura rápida do pensador, uma vez que pretendendo o crítico construir uma teoria monística, prega no ar, a partir do vazio, uma afirmação sobre Hegel que entendo não existir. O “espírito absoluto” de Hegel é claramente idealista, não se confundindo com uma realidade crua e atual, como se fosse um vaticínio ou formulação sobre a unicidade estatal.

Óbvio, portanto, que a posição dos tribunais brasileiros, na própria afirmação

do nosso palestrante, se constitui de apreciações políticas momentâneas, nesse grande momento, que vivemos, de crescimento de presença no cenário mundial, onde temos de colidir também com a globalização, com a mundialização da economia, com outras decisões, outras reivindicações, com outras perspectivas dos outros Estados Nacionais.

Inegavelmente temos de nos encontrar debatendo em um campo delimitado, que definimos como o campo do Direito Internacional. Portanto, são teorias.

Eram as contribuições que pretendia trazer, pedindo a vênia do ministro e do nosso mediador, para fazer outra manifestação de apreço: os movimentos e os debates do Magistrado deste Brasil, sobre a possibilidade do processo de integração do MERCOSUL, tratam do que será uma realidade. Isso vai acontecer, não como mágica, como acontecimento natural, mas por expansão do mercado e decisão política.

Enfim, estamos debatendo, com as teorias monística e dualística, questões políticas, mas, centralmente, a renúncia da soberania, porque, na verdade, quando discutíamos a supranacionalidade e composição, por exemplo, do chamado Direito Comunitário na Europa, discutimos perda de soberania, e que, muitas vezes, a incompreensão amplia-se por questões culturais internas, o que não deveria ser tanto na América do Sul, pois, embora tenhamos pequenos preconceitos entre os nossos países, estes são muito menos do que na Europa, de modo que essa situação estaria menos problemática do ponto de vista cultural.

Recentemente, pude organizar um Congresso Internacional dos Ministérios Públicos Ambientais da Amazônia e Pantanal, com a presença dos Ministérios Públicos dos países vizinhos e das unidades federativas, quando pude verificar como é impressionante a identidade que temos, especialmente nas questões ambientais, não só porque estamos fisicamente na Amazônia, mas nas nossas configurações, nos nossos sistemas.

Lembro ainda, para demonstrar otimismo, que há mais uma grande diferença entre nós e a Europa: na Europa tínhamos até sistemas, prescrições, organizações jurídicas de modelos diferentes como sabemos, coisas como diferenças

determinantes pelas expressões *civil law* e *common law*, mas já aqui, na América do Sul, temos um só modelo jurídico com algumas mudanças estruturais aqui e ali. Há muito mais facilidade, embora isto não venha naturalmente, mas por uma decisão política. E todos os magistrados devem estar preparados, especialmente os em fronteiras nacionais.

Obrigado.